



DIÁLOGOS INTERCULTURAIS

POVOS INDÍGENAS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL

MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

DIÁLOGOS INTERCULTURAIS

POVOS INDÍGENAS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD

ORGANIZAÇÃO
FUNAI - GTZ

BRASÍLIA, 2010

Edição: FUNAI, Fundação Nacional do Índio; GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Autoria: FUNAI

Catálogo: Cleide de Albuquerque Moreira – CRB 1100

Fotos: Acervo FUNAI - Thomás Simões Sottili

Projeto Gráfico e Arte: Duo Design – Comunicação Integrada

Apoio: GTZ

Copyright © 2010 by FUNAI - GTZ

Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa dos editores FUNAI - GTZ.

Dados internacionais de catalogação
Biblioteca “Curt Nimuendaju”

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL; COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL; GTZ. (Orgs.).

Diálogos interculturais – Povos indígenas, mudanças climáticas e REDD. Brasília: FUNAI – GTZ, 2010.
28p.

1. Terras indígenas 2. Redução de emissões por degradação e desmatamento 3. Meio ambiente
4. Proteção de Terras Indígenas

I. Título

CDU 572.95(81):502

Fundação Nacional do Índio - FUNAI
SEPS 702/902, Ed. Lex, 3º andar
70390-025 Brasília, DF
www.funai.gov.br

Agência de Cooperação Técnica Alemã - GTZ
SCN Qd. 1, Bl. C, Sl. 1.501, Ed. Brasília Trade Center
70711-902 Brasília DF
www.gtz.de

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POVOS INDÍGENAS	10
INTERCULTURALIDADE E FORMAÇÃO	12
RECOMENDAÇÕES DA FUNAI PARA AS CAPACITAÇÕES	14
ORGANIZANDO AS CAPACITAÇÕES	16
BLOCOS TEMÁTICOS	17
I - POVOS INDÍGENAS E MEIO AMBIENTE	18
II - MUDANÇAS CLIMÁTICAS	20
III- SERVIÇOS AMBIENTAIS	22
IV - AUTODETERMINAÇÃO, AUTONOMIA E PROTAGONISMO INDÍGENA	24
SAIBA MAIS	25
SIGLAS	25



APRESENTAÇÃO



Rio Xingu



Este informativo tem por objetivo apresentar as propostas da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Fundação Nacional do Índio de conteúdos e métodos a serem contemplados e utilizados em capacitações que abordem, pontual ou complementarmente, o contexto de mudanças climáticas, serviços ambientais e o mecanismo de Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento – REDD¹ para povos indígenas. Pretende-se, por meio do uso das ferramentas aqui apresentadas, que eventos de capacitação ministrados para povos e comunidades indígenas possam abordar aspectos críticos envolvidos nessa temática e incentivar o diálogo intercultural e simétrico com os povos indígenas, visando à proteção e ao monitoramento das terras indígenas brasileiras.

O presente informativo visa a um alinhamento mínimo entre os conteúdos e métodos utilizados em diálogos interculturais a serem realizados com os povos indígenas, tendo em vista a complexidade de REDD e as questões relacionadas com este mecanismo que ainda está em construção no contexto nacional e internacional. Busca-se, desse modo, evitar gerar falsas expectativas e

1 REDD: Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento. No âmbito da Convenção de Clima da ONU (UNFCCC), REDD(+) contempla ações em países em desenvolvimento de: (i) redução de emissões de desmatamento, (ii) redução de emissões de degradação, (iii) ações para fortalecimento de conservação, (iv) manejo sustentável florestal e (v) aumento de estoque de carbono.

causar prejuízos às comunidades indígenas, por meio de seu comprometimento com contratos e projetos nocivos às suas atividades tradicionais e organizações sociais. Além disso, este documento pretende qualificar a discussão sobre o assunto, tratando de uma série de aspectos correlacionados à temática REDD e povos indígenas, o qual deve ser a base para qualquer abordagem.

Acredita-se que é somente por meio da autodeterminação, da autonomia e do protagonismo dos povos indígenas – permeados por um intercâmbio de informações pertinentes e imparciais sobre os temas, para e com os povos indígenas – que eles poderão influenciar os atuais debates sobre a regulamentação deste mecanismo e decidir se querem efetivamente se engajar em iniciativas de REDD.

O mecanismo de REDD tem se tornado um tema central nas discussões entre os povos indígenas, por um lado, devido às potenciais oportunidades que este oferece em termos de benefícios para a preservação de seus territórios e modos de vida e, por outro, pelos riscos relacionados e incertezas subjacentes a este mecanismo. Porém, a falta de acesso a informações completas e interculturalmente articuladas pode acabar excluindo estes povos de um debate mais qualificado, como acerca do marco regulatório nacional e internacional que vem sendo discutido pelo governo brasileiro, e particularmente em relação a REDD em terras indíge-

GT REDD e Terras Indígenas

O Grupo de Trabalho REDD e Terras Indígenas foi criado em julho de 2010 para discutir aspectos relacionados com o tema. Em função de suas reflexões, o GT REDD e Terras Indígenas inseriu em sua agenda a realização de um seminário intitulado “Capacitações sobre REDD para Povos Indígenas” para discutir, com mais profundidade, as temáticas envolvidas nas abordagens sobre REDD. O seminário ocorreu nos dias 9 e 10 de setembro de 2010, e obteve como produto final os principais subsídios para elaboração deste informativo. O Grupo de Trabalho REDD e Terras Indígenas esteve formado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e pelas organizações The Nature Conservancy - TNC, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia - COIAB, Instituto Socioambiental - ISA, Agência de Cooperação Técnica Alemã - GTZ, Conservação Internacional - CI, World Wildlife Fund - WWF, Operação Amazônia Nativa - OPAN e Instituto Internacional de Educação no Brasil - IEB.

nas. Nesse contexto, diversos projetos autointitulados de REDD estão sendo construídos e alguns contratos assinados com populações indígenas no âmbito do mercado voluntário, em um cenário de muitas incertezas sobre o futuro e a forma legal e institucional do mecanismo. O que temos, por enquanto, são promessas de que o envolvimento em projetos dessa natureza pode ser muito lucrativo para as populações indígenas. Porém, não se sabe se essa expectativa se concretizará, e pouco tem se refletido sobre como os benefícios provenientes de REDD serão revertidos para os povos indígenas: se na forma de dinheiro, de investimentos em projetos de sustentabilidade ambiental, de incentivo às associações e organizações, de infraestrutura, etc. Finalmente, falta uma reflexão aprofundada sobre os aspectos críticos do mecanismo REDD e suas possíveis consequências sobre as atividades tradicionais e organização social indígenas.

Embora este informativo esteja focado, em grande parte, no próprio mecanismo de REDD, recomenda-se que, sempre que for realizada uma capacitação que aborde este tema, ela contemple o cenário mais amplo em que REDD se insere, isto é, no contexto das mudanças climáticas e da compensação por serviços ambientais prestados. Recomenda-se, sobretudo, que REDD não seja compreendido como um fim/uma meta a ser alcançada, mas como um meio potencial e em construção de valorização da floresta

em pé que, junto com outras alternativas de uso e manejo de recursos naturais florestais, insere-se dentro de um processo de gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

Em função das reflexões apontadas acima, a FUNAI, desempenhando seu papel de órgão indigenista de Estado, tem investido em processos dialógicos com instituições da sociedade civil visando discutir, com mais profundidade, as temáticas envolvidas nas abordagens e capacitações sobre REDD. As sugestões apresentadas neste informativo trazem subsídios resultantes desses primeiros diálogos.

Vale frisar que este informativo não possui um caráter atemporal, uma vez que a própria temática a ser tratada ainda encontra-se conceitualmente em construção. Esperamos que este material de apoio contribua e facilite processos locais de diálogo entre os diferentes atores que transitam entre as temáticas ambiental e indígena e incentive processos de formação que sejam participativos e simétricos, voltados para realidades e especificidades indígenas. O Estado, por meio dessa iniciativa, cumpre seu papel de socializar e transferir informações qualificadas para que as comunidades indígenas tenham condições de dialogar de maneira mais equilibrada com os novos desafios de proteção das terras indígenas e possam decidir, com autonomia, as estratégias para implementação de seus planos de vida e futuro.



Terra Indígena Panará, Aldeia Năsêpotiti



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS POVOS INDÍGENAS

Aldeia da Terra Indígena Teresa Cristina, Etnia Bororo

As emissões de gases do efeito estufa nos últimos 150 anos vêm causando alterações no clima da Terra. O modelo econômico baseado na queima de combustíveis fósseis, desmatamento descontrolado e exploração insustentável dos recursos naturais vêm causando aumento na temperatura acima de níveis compatíveis com a sobrevivência da vasta biodiversidade existente no planeta Terra. Esse aumento tem gerado consequências diversas, como eventos climáticos extremos, alterações de regimes de chuva, redução das camadas de gelo polares e extinção de espécies.

Atualmente, no mundo, aproximadamente 80% das emissões dos gases de efeito estufa vem da queima de combustíveis fósseis e 20% de atividades de mudança do uso do solo². O Brasil, o quarto maior emissor de gases de efeito estufa, tem um padrão de emissões inverso ao padrão mundial, dentro do qual aproximadamente 61% são provenientes do desmatamento dos principais biomas: Amazônia e Cerrado.³ Os povos indígenas são os tradicionais guardiões das florestas na Amazônia e desempenham um papel fundamental para a conservação da

floresta. Na Amazônia brasileira, 20,67% são terras indígenas, sendo que a taxa de desmatamento nessas terras corresponde, em média, a 1%, um índice só comparável com algumas unidades de conservação de proteção integral.⁴

Entender e desenvolver uma relação com esse fenômeno tornou-se muito importante para os povos indígenas, pois as alterações climáticas têm causado impactos diretos na vida cotidiana das aldeias, afetando a produção de alimentos e suas relações com os meios naturais, como a rotina de caça, pesca e coleta de frutos, além de ritos culturais. Diante dessa realidade, surge a necessidade de estarem informados sobre esse tema de relevância global para poderem participar ativa e qualificadamente das discussões e debates que estão acontecendo de forma intensa em nível mundial. No âmbito das discussões sobre mudanças climáticas, a temática de compensações pela proteção da floresta e, especificamente, de REDD - foco deste informativo - oferecem um potencial a ser explorado pelos povos indígenas para obter apoio nos planos de vida e de gestão ambiental de seus territórios.

2 Houghton, R. A., 2005. "Tropical deforestation as a source of greenhouse gas emissions", pages 13-22 in Moutinho, P, and S. Schwartzman (eds.), Tropical Deforestation and Climate Change. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) and Environmental Defense Fund (EDF): Belém; Le Quéré, C., M. R. Raupach, J. G. Canadell, G. Marland, L. Bopp, P. Ciais, et al., 2009. "Trends in the sources and sinks of carbon dioxide". Nature Geoscience, 2: 831-836.

3 Segunda Comunicação Nacional. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Publicado em Novembro de 2010.

4 Soares-Filho, B., L. Dietzsch, P. Moutinho, A. Falieri, H. Rodrigues, E. Pinto, C. C. Maretti, C. A. M Scaramuzza, A. Anderson, K. Suassuna, M. Lanna & F. V. de Araújo. 2009. Reduções de Emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasília, DF.





INTERCULTURALIDADE E FORMAÇÃO

Terra Indígena Wawí, Aldeia Ngôjhwêrê

Como promover o diálogo entre os conhecimentos tradicionais ambientais dos povos indígenas e os conhecimentos relativos à conservação da biodiversidade da ciência ocidental? Promover uma discussão sobre diferentes sistemas de conhecimento é bastante instigador e traz desafios e responsabilidades que demandam conhecimentos específicos sobre a realidade indígena e a necessidade de um compromisso no respeito à diversidade de visões. Independentemente da complexidade do conteúdo, que pode variar desde os diferentes sistemas de curas de doenças por meio de plantas e ciclo hidrológico de uma bacia hidrográfica às mudanças climáticas, parte-se do pressuposto de que o respeito às diferentes ideias no diálogo é imprescindível para se obter êxito ao socializar informações e incentivar debates.

Atualmente, os povos indígenas representam verdadeiros nichos de conhecimentos tomados como extremamente relevantes para o futuro da humanidade. Seus sistemas de manejo dos recursos ambientais são exemplos desses conhecimentos que começam a ser reconhecidos, valorizados e estimulados em diversas instâncias políticas. Porém, no que se refere às ações voltadas para a formação de indígenas em temáticas relativas às questões ambientais, prevalecem o absolutismo e as certezas da ciência ocidental.

Para a realização de capacitações que realmente contemplem as múltiplas realidades vivenciadas pelos povos indígenas é preciso levar em consideração o ponto de vista das comunidades, nas quais a participação é imprescindível em todos os momentos da formação. Diversas formas de participação ou de cooperação são necessárias,

tanto na fase de elaboração quanto na de execução das capacitações. Por essa razão, as metodologias participativas são as mais adequadas e precisam ser discutidas pelos diferentes educadores e técnicos que serão responsáveis pela realização das capacitações.

As capacitações voltadas a povos e comunidades indígenas devem dar especial atenção:

- i) à leitura da própria realidade e cultura;
- ii) ao estímulo ao diálogo entre as gerações;
- iii) à identificação da necessidade de criar novos repertórios de conhecimentos;
- iv) à formação de pesquisadores locais para o processo de conquista da autonomia que reflita em escolhas de adoção, ou não, de novas tecnologias, conhecimentos e atitudes.

Uma percepção crítica de processos formativos voltados para povos e comunidades indígenas focados em temáticas ambientais deve superar a mera transmissão de conhecimentos das ciências da vida, envolvendo-os nos processos de resolução de conflitos e na gestão ambiental. Levantar questionamentos e inquietações referentes às práticas pedagógicas utilizadas em capacitações de povos indígenas e à inserção de novas temáticas no universo desses povos na construção de espaços de apropriação de conhecimentos instrumentais complementares ao seu sistema de educação tradicional é mais um desafio que a temática REDD traz à tona. Devemos aproveitar a complexidade do tema para dar continuidade às reflexões recorrentes, porém atuais, sobre interculturalidade e formação de povos indígenas.

Floresta Preservada



RECOMENDAÇÕES DA FUNAI PARA AS CAPACITAÇÕES:

- Aprender sobre as visões indígenas dos processos e efeitos das mudanças climáticas globais visando à construção de conhecimentos interculturalmente adequados;
- Intercambiar informações sobre o tema – serviços ambientais, mudanças climáticas e REDD – para e com os povos indígenas, de modo que entendam o que é REDD e quais as implicações de seu envolvimento em projetos dessa natureza;
- Formar interlocutores críticos, fortalecendo e qualificando lideranças para saberem como agir quando confrontadas com o assunto;
- Promover o diálogo intercultural simétrico e bem informado;
- Socializar as informações sobre o cenário mais amplo em que a discussão sobre REDD se insere e apontar alternativas existentes de geração de benefícios no universo dos serviços ambientais;
- Relacionar REDD com os planos de vida dos povos indígenas;
- Apresentar os cenários de tomadas de decisão nos quais os povos indígenas possam influenciar.

Espera-se que REDD seja um mecanismo que:


- Não ameace, mas antes consolide o respeito aos direitos indígenas;
- Não provoque conflitos nem seja um mecanismo de dominação ideológica;
- Faça parte de uma perspectiva maior, no intuito de se configurar como um mecanismo alternativo e complementar para a conservação das florestas e reconhecimento dos serviços ambientais prestados pelas comunidades indígenas, e não apenas como um instrumento de mercado;
- Esteja em harmonia e fortaleça os planos de vida dos povos indígenas;
- Fortaleça as estratégias de gestão ambiental e territorial;
- Tenha os povos indígenas como protagonistas em sua implementação; e
- Seja uma ferramenta para garantir e fortalecer os modos de vida tradicionais e as culturas indígenas.




Terra Indígena Araribóia



ORGANIZANDO AS CAPACITAÇÕES



Rio Xingu



As capacitações podem ter formatos diferentes, desde oficinas de curta duração, cursos de média duração, reuniões nas aldeias, disciplinas em cursos de formação complementar ou ensino superior indígena, ou atividades práticas de campo. Recomendamos que esses momentos formativos sejam organizados para que se constituam como eventos de intercâmbio de informações qualificadas sobre o tema mudanças climáticas e serviços ambientais, dentro do qual REDD tem especial atenção. É importante definir uma programação e organizar o conteúdo do evento de capacitação de forma que contemplem o estabelecimento de diálogo intercultural e simétrico acerca dos temas, e não de preparo dos povos indígenas para construção de projetos, uma vez que, no contexto nacional e internacional, REDD ainda encontra-se em fase de discussão, construção e de muitas incertezas. A discussão qualificada, imparcial e simétrica, e a formação do conhecimento entre os atores devem ter como premissas a autodeterminação, autonomia e protagonismo dos povos indígenas para que estes possam tomar decisões de forma qualificada e culturalmente apropriada e, inclusive, para que participem ativamente nos espaços de tomada de decisão e construção dos arranjos institucionais relacionados com as mudanças climáticas, serviços ambientais e REDD.

BLOCOS TEMÁTICOS

Sugerimos um conjunto de blocos temáticos para a realização de uma análise histórica e aprofundada pelas comunidades que participarão dos processos formativos, como: i) trajetórias de cada povo indígena com o seu meio ambiente e as suas relações com a territorialidade; ii) desafios relativos à resolução de conflitos socioambientais em nível local e global; iii) demandas decorrentes da demarcação física de suas terras, no que se refere à construção de novos conhecimentos e autodeterminação política, conquista de autonomia e protagonismo de seus projetos de futuro. Acreditamos que esse processo de diálogo, visando refletir as questões levantadas acima, abarca um arcabouço mínimo de entendimentos mútuos (dos capacitandos e capacitadores) para que os povos indígenas

tenham condições justas de decidir e se posicionar sobre a temática REDD.

Os temas que estão distribuídos e organizados nos blocos temáticos poderão ser utilizados e revisados em outros blocos temáticos, que podem ser ministrados separadamente ou não. É importante definir uma abordagem metodológica e preparar, com antecedência, instrumentos pedagógicos que facilitem o desenvolvimento dos conteúdos. Sugerimos, ainda, para facilitar o desenvolvimento e sucesso do evento de capacitação, providenciar materiais didáticos e de apoio suficientes para realização das atividades planejadas, assim como materiais audiovisuais e de registro e sistematização do evento.

Os principais conceitos e temáticas a serem trabalhados, foram agrupados em quatro blocos temáticos, como apresentamos no esquema a seguir:

Blocos temáticos	Povos indígenas e meio ambiente
	Mudanças climáticas
	Serviços ambientais
	Autodeterminação, autonomia e protagonismo indígena

Recomendamos trabalhar as temáticas distribuídas nos quatro blocos temáticos, apresentados acima, em cinco aspectos diferentes.

1. Conceitos-chave / conhecendo a realidade.
2. Temas e pontos críticos para debate / reflexão ou teorização / pensando além.
3. Legislação/instituições.
4. Riscos e benefícios⁵.
5. Sugestões de atividades e dinâmicas.

5 O aspecto riscos e benefícios refere-se apenas à temática específica de REDD.

Para cada tema trabalhado sugerimos construir participativamente o seu conceito e interpretação literal, atentando para o ponto de vista indígena de cada tema abordado. Como estratégia de aprofundamento nos blocos temáticos, recomendamos trabalhar os principais pontos críticos e que possuem relevância na discussão em questão. Levantamos, para cada bloco temático, um conjunto de conceitos importantes para se conhecer melhor a realidade vivenciada pelo povo indígena específico que estará sendo capacitado e um conjunto de pontos críticos e relevantes para incentivar debates durante os eventos de formação. Em cada bloco também se recomenda abordar a legislação indigenista, tratados e convenções internacionais que resguardam os direitos dos povos indígenas e podem ser acionados como salvaguardas em ações relacionadas com esse mecanismo. Dentro desse diálogo intercultural torna-se necessário trabalhar os potenciais

riscos e benefícios do tema REDD sob uma perspectiva conjunta de construção, com imparcialidade, abertura política e critérios de justiça claramente definidos.

Os blocos temáticos não foram pensados, no âmbito deste informativo, de maneira hierárquica. Ou seja, qualquer bloco temático pode ser ministrado a participantes indígenas sem necessariamente estarem na sequência apresentada. Os blocos propostos abaixo não possuem indicação de horas-aula pré-estabelecidas, tampouco de regras didáticas e pedagógicas de condução dos momentos de formação. Reafirmamos a ênfase no diálogo intercultural simétrico e bem informado e alertamos os capacitadores a levarem em consideração as premissas da educação indígena diferenciada e as especificidades de cada realidade indígena, que devem ser bem analisadas, de preferência conhecidas e construídas de forma participativa com as próprias comunidades.

I - POVOS INDÍGENAS E MEIO AMBIENTE

Este primeiro bloco é sugerido como forma de intercambiar e construir conhecimentos relativos aos processos históricos que originaram o contexto atual dos territórios e dos povos indígenas e do movimento ambientalista. Objetiva-se, após trabalhar as temáticas sugeridas abaixo, realizar uma análise histórica que permita relacionar o surgimento da questão ambiental e seu encontro com a temática indígena de maneira crítica e sob diferentes perspectivas, com a participação do público

beneficiário da capacitação. Espera-se ainda contemplar, por meio da análise histórica do socioambientalismo, a noção de serviços ambientais e a de compensação por sua manutenção, fazendo referência à legislação pertinente a essa exposição, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

1. CONCEITOS-CHAVE:

- Meio ambiente;
- Biodiversidade;
- Impacto e degradação ambiental;
- Território e paisagem;
- Direitos indígenas;
- Organização das Nações Unidas;
- Convenções internacionais; e
- Gestão ambiental e territorial.

2. TEMAS E PONTOS CRÍTICOS PARA DEBATE:

- Povos indígenas no Brasil;
- Povos indígenas e o meio ambiente;
- Crescimento econômico e meio ambiente;
- Principais conferências e eventos internacionais sobre meio ambiente e povos indígenas;
- Gestão ambiental e territorial;
- Desmatamento, degradação florestal/ambiental;
- Conservação e preservação florestal/ambiental;
- Direitos indigenistas: território, consentimento livre, prévio e informado e consulta;
- Plano de vida: visão de futuro; e
- Benefícios da conservação ambiental dos modos tradicionais de vida dos povos indígenas.

3. LEGISLAÇÃO:

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;

- Convenção sobre Diversidade Biológica;
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- Código Florestal;
- Plano Nacional de Áreas Protegidas;
- Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas;
- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas; e
- Decreto Nº 6.040 de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

4. SUGESTÕES DE ATIVIDADES E DINÂMICAS:

- Perfil histórico (linha do tempo);
- Análise de jornais e revistas;
- Exposição de vídeos e fotografias; e
- Elaboração de mapas mentais.



AMBIENTALISMO E INDIGENISMO

Construção participativa das linhas de tempo. A linha do tempo indígena pode abordar perdas de terras, frentes educacionais, cultura, saúde e até o contexto atual de marco legal e do reconhecimento e demarcação das terras indígenas. A linha do tempo da sociedade pode iniciar com a expansão marítima, passando pela Revolução Industrial e a crescente poluição, até a situação atual de mudanças climáticas e elevados níveis de degradação ambiental.

As duas linhas podem convergir quando a sociedade não indígena começa a se preocupar com o meio ambiente e constata que esta preservação acontece nas terras indígenas.

II - MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O segundo bloco tem por objetivo realizar uma troca de saberes sobre mudanças climáticas com os povos indígenas, de modo que eles apresentem suas percepções e

explicações tradicionais de mundo sobre essas mudanças ao mesmo tempo em que se apresenta a versão ocidental sobre o tema.

1. CONCEITOS-CHAVE:

- Clima;
- Tempo;
- Carbono;
- Ciclos ecológicos;
- Gases de efeito estufa;
- Aquecimento global;
- Poluição e impacto ambiental;
- Combustíveis fósseis;
- Mudança no uso do solo; e
- Desmatamento e degradação florestal/ ambiental.

2. TEMAS E PONTOS CRÍTICOS PARA DEBATE:

- Histórico da humanidade e mudanças climáticas;
- Revolução industrial e seus efeitos;
- Mitologias indígenas;
- Gases de efeito estufa;
- Causas do aquecimento global;
- A natureza responde ao aquecimento global;
- O papel das florestas para o clima;
- Papel dos povos indígenas na conservação das florestas e dos serviços ambientais;
- Como os povos indígenas e suas terras são afetados pelas mudanças climáticas;

- Influência dos povos indígenas na estabilidade do clima e mitigação das mudanças climáticas;
- Que ações têm sido tomadas para combater o aquecimento global;
- Estratégias e oportunidades de adaptação às mudanças climáticas – povos indígenas e adaptação às mudanças climáticas;
- Iniciativas, projetos e programas de incentivo à conservação ambiental e amenização do aquecimento global; e
- Discussões nacionais e internacionais sobre mudanças climáticas.

3. LEGISLAÇÃO:

- Protocolo de Quioto;
- Plano Nacional de Mudanças Climáticas;
- Políticas Estaduais de Mudanças Climáticas; e
- Planos setoriais de redução de desmatamento.

4. SUGESTÕES DE ATIVIDADES E DINÂMICAS:

- Perguntas orientadoras;
- Colher e socializar visões indígenas e científicas; e
- Práticas em grupo: desenhos com a visão indígena.



CONSTRUINDO CONCEITOS SOBRE CLIMA

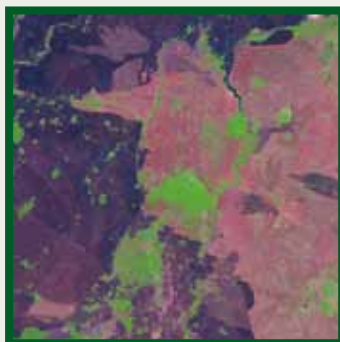
- O que vocês entendem por mudanças climáticas e carbono?
- Quais os impactos da mudança do clima que vocês já vêm sentindo?
- Como você explicaria carbono e aquecimento global em sua língua?



MUDANÇAS NO USO DO SOLO

- Desenhos sobre a mudança no uso do solo, de como era o mundo antes e hoje abordando o desmatamento, o uso irracional dos recursos naturais e a relação com os povos indígenas e comunidades tradicionais.

Cicatrizes de Incêndio Florestal



III - SERVIÇOS AMBIENTAIS

O terceiro bloco temático aborda a relação entre serviços ambientais e povos indígenas. Busca-se apresentar como os povos indígenas contribuem nos serviços prestados pela natureza ao planeta Terra. No contexto de serviços ambientais, o tema de REDD aparece como um sub-tema, considerando as iniciativas que já existem e o contexto nacional e internacional. Além disso, pretende-se expor e debater os conceitos de beneficiamento por esses serviços e as formas de compensação.

O tema REDD é apresentado neste bloco por meio de uma explicação de sua mecânica de funcionamento, conceituação, contexto atual político e os principais riscos e benefícios inerentes ao mecanismo. Dentro do tema é importante diferenciar as iniciativas de REDD vinculadas ao mercado voluntário, à estratégia nacional que está em construção – incertezas e tendências atuais – e outras baseadas em fundos voluntários de doação, com seus pontos fortes e fracos.

1. CONCEITOS-CHAVE:

- Serviços ambientais;
- Compensação por serviços ambientais;
- Provedor e comprador (demanda e oferta);
- Benefícios e beneficiários (direitos);
- Mercados;
- Fundos voluntários;
- REDD e REDD(+);
- Princípios e critérios socioambientais de REDD; e
- Planos de vida e de gestão ambiental e territorial das terras indígenas.

2. TEMAS E PONTOS CRÍTICOS PARA DEBATE:

- Contexto político, social e econômico;
- Serviços ambientais;
- Possibilidades de serviços ambientais;
- REDD e REDD(+);
- Conceitualização (REDD, REDD(+), projetos de carbono) e histórico;
- Contexto internacional e nacional (construção de regime nacional de REDD, PL, debates internacionais);
- REDD como componente de uma possível estratégia de gestão ambiental e territorial em terras indígenas;

- Fontes e possibilidades de financiamento e incentivos à conservação;
- Benefícios financeiros e não financeiros;
- Princípios e critérios socioambientais de REDD; e
- Riscos e benefícios de REDD.

3. LEGISLAÇÃO:

- Constituição Federal de 1988; Lei 6001/73;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas;
- Projeto de Lei - Pagamento por Serviços Ambientais;
- Projeto de Lei de REDD; e
- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.

4. RISCOS E BENEFÍCIOS DE REDD:

Alguns dos riscos e benefícios de projetos de REDD a serem considerados podem ser:

4.1 Benefícios:

- Reduzir o desmatamento na área;
- Amenizar os efeitos do aquecimento global;
- Conservar a sociobiodiversidade;
- Propiciar autonomia das comunidades em atividades produtivas sustentáveis;

- Reduzir a pressão sobre as terras indígenas;
- Fortalecer atividade de gestão ambiental e territorial em terras indígenas;
- Fortalecer a governança local; e
- Possibilitar melhoria das condições de saúde, educação, proteção e gestão das terras indígenas.

4.2 Riscos:

- Falta de participação efetiva nas atividades relacionadas com REDD;
- Desrespeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Dificuldade em acessar os benefícios;
- Benefícios podem gerar desestruturação de comunidades indígenas e potenciais conflitos com outras comunidades indígenas;

- Intervenção de terceiros nas terras indígenas;
- Ameaça à autonomia sobre o usufruto do território, proibição ou desincentivo de prática de atividades tradicionais (uso do fogo, coivara, entre outros), em longos períodos de tempo; e
- Substituição do apoio governamental aos povos indígenas.

5. MÉTODOS E TÉCNICAS:

- Nivelamento de experiências dos povos indígenas com REDD;
- Análise de jornais e textos jurídicos.



ANÁLISE DE RISCOS

Recomenda-se que os riscos e benefícios sejam construídos com os participantes através de uma dinâmica participativa e interativa. Sugere-se usar a metodologia FOFA, que levanta, juntamente com a comunidade, as fortalezas, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças. Alternativamente pode-se listar, em duas colunas separadas os riscos e benefícios do REDD para os capacitandos.



IV - AUTODETERMINAÇÃO, AUTONOMIA E PROTAGONISMO INDÍGENA

Este bloco apresenta em detalhe as noções de autodeterminação, autonomia, protagonismo e conceitos correlatos, bem como formas dos povos indígenas terem garantias de uma participação consciente no processo de construção e envolvimento em iniciativas

de Pagamentos por Serviços Ambientais e de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação. Partese do princípio de que deve haver um controle social para que as salvaguardas dos povos indígenas sejam respeitadas.

1. CONCEITOS-CHAVE:

- Protagonismo;
- Autonomia;
- Autodeterminação;
- Empoderamento;
- Governança;
- Controle social e articulação;
- Organização;
- Instituições (formais, informais, consuetudinárias); e
- Consentimento livre, prévio e informado.

2. TEMAS E PONTOS CRÍTICOS PARA DEBATE:

- Consentimento livre, prévio e informado;
- Governança em terras indígenas;
- Espaços de participação indígena (locais nacionais e internacionais);
- Salvaguardas socioambientais e culturais;
- Princípios e critérios socioambientais de REDD;
- Articulação e mobilização e exercício de direitos na esfera local, nacional e internacional;
- Participação ativa na formação de políticas públicas sobre aquecimento global, buscando o envolvimento e diálogo com agências governamentais e não-governamentais;

- Capacidades necessárias para o diálogo com governo, empresas privadas e outros atores envolvidos em REDD;
- Troca de saberes com comunidades vizinhas sobre formas de adaptação ao aquecimento global; e
- Valorização do conhecimento tradicional e práticas sustentáveis.

3. LEGISLAÇÃO:

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- Convenção sobre Diversidade Biológica;
- Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas; e
- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

4. MÉTODOS E TÉCNICAS:

- Fazer um levantamento conjunto dos direitos e como aplicá-los;
- Criar planos de influência nas esferas de tomada de decisão; e
- Discutir mecanismos eficientes de consulta e consentimento, livre, prévio e informado.



SAIBA MAIS

- A temática indígena na escola – Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002103.pdf>
- Povos Indígenas e Mudanças Climáticas – Disponível em: www.coiab.com.br/publicacao.php?dest=baixar&id=5
- Perguntas e respostas sobre o aquecimento global – Disponível em: <http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/id/194>
- REDD Saiba Mais – Disponível em: <http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/REDD-Saiba-mais/514>
- Princípios e Critérios Socioambientais de REDD – Disponível em: http://www.reddsocioambiental.org.br/PC%20Socioambientais%20de%20REDD+_versao%20FINAL_Julho%202010.pdf
- Gestão territorial em terras indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes – Disponível em: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/6411.pdf>
- Legislação Ambiental e Indigenista – Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/infoteca/livros/126.html>
- Observatório do REDD – Disponível em: <http://observatoriodoredd.org.br/>



SIGLAS

- ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia
- COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- CI - Conservação Internacional
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- GTZ - Agência de Cooperação Técnica Alemã - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH
- IEB - Instituto Internacional de Educação no Brasil
- IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- ISA - Instituto Socioambiental
- MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OPAN - Operação Amazônia Nativa
- PL - Projeto de Lei
- REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
- TNC - The Nature Conservancy
- UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change
- WWF - World Wildlife Fund





VSAT Sipam
Escola na Terra Indígena Kayabi

gtz



Ministério da
Justiça

